



**BNP PARIBAS
FACTOR**

Instituição Financeira de Crédito, S.A.

Relatório e Contas

2010

Índice:

- 1 – Relatório do Conselho de Administração
- 2 – Anexo ao Relatório do Conselho de Administração
- 3 – Balanço
- 4 – Demonstração de Resultados
- 5 – Fluxos de Caixa
- 4 – Activos Tangíveis e Intangíveis
- 5 – Anexo às demonstrações financeiras
- 6 – Relatório e Parecer do Fiscal Único
- 7 – Certificação Legal das Contas



Relatório do Conselho de Administração

Senhores accionistas,

De acordo com a lei e os estatutos da nossa empresa submetemos à vossa apreciação, discussão e voto o Relatório e as Contas relativas ao exercício de 2010.

Envolvente Externa

No decurso do ano 2009, os Governos das principais economias mundiais foram forçados a apoiar massivamente os agentes económicos com o objectivo de ajudar as economias a sair da recessão profunda em que tinham entrado.

Esses apoios fizeram com que as economias tivessem reagido, iniciando o ano 2010 com taxas de crescimento tímidas, mas que se foram robustecendo ao longo dos meses. Contudo, tiveram o efeito perverso de criar deficits públicos insustentáveis que levaram os investidores institucionais a questionarem a solidez dos próprios Estados e a pôr em causa a qualidade do risco soberano.

Esta situação foi sentida de modo dramático na zona EURO tendo afectado sobretudo os países mais periféricos, ao ponto de terem levado os mais cépticos a questionarem-se sobre a capacidade de o EURO sobreviver como moeda comum a países tão assimétricos em termos de produtividade, crescimento e endividamento.

O pedido formal de ajuda à Comunidade Europeia e ao FMI, efectuado pela Grécia a 23 de Abril desencadeou uma onda de desconfiança sobre os países periféricos da zona EURO, os quais passaram a ter dificuldades para se refinanciar e viram os custos financeiros da sua dívida cada vez mais elevados

A Irlanda acabou por não resistir a essa pressão e formulou, em 21 de Novembro de 2010, pedido idêntico ao da Grécia.

Durante todo o ano 2010 quer Portugal quer a Espanha estiveram sobre forte pressão dos mercados, mas continuam a resistir ao pedido de ajuda. Por outro lado, as interrogações sobre a solidez da dívida soberana foram-se propagando a outros Países da zona EURO, provocando o aumento do custo do seu refinanciamento.

h 1 B&D
p R 4 CA





Tudo indica que o factoring estará a absorver negócios que até ao momento eram feitos pelos Bancos. Contudo, mesmo os Bancos que têm alguma falta de liquidez, mantêm-se agressivos nos preços que praticam nas operações de factoring, pois estão a privilegiá-las em detrimento das operações de crédito com maturidades mais longas. As entidades pertencentes a Grupos financeiros bem capitalizados continuam a fazer ofertas de preços muito competitivos.

Evolução da Sociedade

O ano 2009 foi, para a BNP Paribas Factor, a última etapa de um processo de reorganização profunda iniciado com a mudança de sistema informático e ultimada com a reorganização dos serviços visando a melhoria do controlo do risco de crédito e do risco operacional.

O facto de esta profunda reorganização ter coincidido com a crise económica interna e internacional, dificultou a sua concretização mas não impediu que ela se tivesse concluído com êxito.

A sociedade apresentou dificuldades de progressão dos negócios no decurso dos primeiros trimestres do ano 2010, mas recuperou bem na parte final, tendo crescido 10,9% relativamente a 2009 e atingido o maior volume de créditos tomados anual de sempre.

Viu, contudo, a sua quota de mercado diminuída pelo efeito das novas entradas no sector, apresentando uma quota de mercado anual de 6,1% e uma quota de mercado no último trimestre de 6,5%.

O factoring internacional apresentou uma evolução de 17.7% o que nos posiciona com uma quota de mercado neste segmento de 16% e iniciamos as operações no segmento do confirming onde atingimos os 28.502.086,58 euros.

A empresa apresentou um crescimento das comissões líquidas de 3,5%, tendo atingido o valor de 4.159.853 euros. Contudo, o efeito da baixa das taxas de juro associado com uma importante queda da cobrança de juros com carácter não recorrente, relativamente ao ano 2009, provocou uma diminuição dos juros líquidos cobrados e dos proveitos líquidos totais. Estes últimos apresentaram uma diminuição de 16.5%.

Os custos gerais de exploração mantiveram-se estáveis nos 4.278.920 euros.

Como o valor das provisões criadas aumentou de 2.179.894 euros, em 2009, para 3.880.992 euros, em 2010, os resultados líquidos da sociedade situaram-se nos 1.051.062,79 euros.

A empresa continuou a dar particular atenção ao risco de crédito e ao risco operacional, através da implementação de procedimentos de prevenção da fraude e de branqueamento de capitais.

3 BNP
L BNP
B. I.



Assegurou o crescimento sustentado das suas linhas de «funding» em montante e preço adequado de modo a poder satisfazer as necessidades de liquidez consequentes ao crescimento de negócios que perspectivamos.

Continuou a não utilizar instrumentos de cobertura de outros riscos por os considerar materialmente irrelevantes.

Perspectivas da economia Portuguesa para 2011

Com o objectivo de resolver os desequilíbrios macro económicos que permitam recuperar a confiança dos investidores e melhorar as condições de financiamento do Estado, o Governo Português comprometeu-se, no Plano de Estabilidade e Crescimento, a baixar o deficit público para 4,6 % do PIB, em 2011.

Com esse objectivo conseguiu aprovar um Orçamento de Estado de grande austeridade de que constam uma grande redução no investimento público, cortes nos salários dos funcionários públicos, aumento dos impostos (designadamente do IVA) e cortes nos incentivos fiscais.

O cenário macro económico resultante destas medidas aponta para:

- Um aumento do desemprego para 11,6% da população activa;
- Uma diminuição do consumo privado e público de, respectivamente, 1,3% e 3,4%;
- Uma diminuição do investimento de 7,8%; e
- Um crescimento das exportações de 5,1%.

Da conjugação destas evoluções resultará uma contracção do PIB de 1,3%, ou seja, mais um ano de recessão.

As empresas Portuguesas continuarão a ter crédito insuficiente e caro.

E o cenário macro económico descrito poderá vir a ser ainda pior se a execução orçamental não vier a assegurar o cumprimento dos compromissos estabelecidos no Pacto de Estabilidade e Crescimento. Se tal vier a acontecer, a desconfiança dos mercados aumentará, as dificuldades de refinanciamento do sector financeiro e do Estado também aumentarão e dificilmente as taxas de juro recuperarão dos valores elevados em que se encontram.

Posicionamento da sociedade

A BNP Paribas Factor pertence a um Grupo financeiro poderoso e tem condições de funding adequadas para continuar com o seu esforço de crescimento e de aumento de quota de mercado.

4
BNP
Factor





BNP PARIBAS FACTOR

Instituição Financeira de Crédito, S.A.

Para dividendos..... 946.046,51 EUROS

Porto, 10 de Fevereiro de 2011

O Conselho de Administração

Carlos Santos At
4
P. de Almeida
R
R



ANEXO AO RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Para cumprimento do estipulado nos artigos nº 447º e 448º do Código das Sociedades Comerciais, informamos:

Artigo 447º nº 5

- BNP Paribas, S.A.	2.629 600 acções
- Bozana Douriez Sorovic	100 acções
- Patrick de Villepin	100 acções
- François Laplace	100 acções
- Serafim dos Anjos Aguiar Fernandes	100 acções

Artigo 448º nº 4

Accionistas com mais de metade do Capital Social:

- BNP Paribas, S.A.	99.98%
---------------------	--------



BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Base individual - NCA)

euros

Rubricas	Notas Quadros anexos	2010			2009
		Valor Antes de provisões imparidades e amortizações	Provisões, Imparidades e amortizações	Valor Líquido	Líquido
		1	2	3 = 1 - 2	
Activo					
10+3300 Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais		1.134,66		1.134,66	473,77
11+3301 Disponibilidades em outras instituições de crédito		124.626,28		124.626,28	3.327.862,59
152(1)+1548(1)+158(1)+16+191(1)-3713(1) Activos Financeiros detidos para negociação					
152(1)+1548(1)+158(1)+17+191(1)-3713(1) Outr Activos financeiros ao justo valor através de resultados					
153+1548(1)+158(1)+18+192+34888(1)-35221(1)-3531(1)-53888(1)-3713(1) Activos financeiros disponíveis para venda					
13+150+158(1)+159(1)+198(1)+3303+3310(1)+34018(1)+3408(1)-350-3520-5210(1)-35221(1)-3531(1)-5300-53028(1)-3710 Aplicações em instituições de crédito	13	14.000.000,00		14.000.000,00	16.000.000,00
14+151+1540+158(1)+190+3304+3305+3310(1)+34008+340108-34880-3518-35211-35221-3531-370-3711-3712-5210(1)-53018-530208-53880 Crédito a clientes	11	461.807.167,23	15.940.280,78	445.866.886,45	407.112.955,18
156+158(1)+159(1)+22+3307+3310(1)+3402-355-3524-3713(1)-5210(1)-53028(1)-5303 Investimentos detidos até à maturidade					
156+158(1)+159(1)+22+3307-3310(1)+3402-355-3524-3713(1)-5210(1)-53028(1)-5303 Activos com acordo de recompra					
21 Derivados de Cobertura					
25-3580-3713(1) Activos não correntes detidos para venda	18	1.725.590,55	500.000,00	1.225.590,55	1.225.590,55
26-3581(1)-360(1) Propriedades de investimento					
27-3581(1)-360(1) Outros activos tangíveis	5	818.004,78	719.204,85	98.799,93	108.743,09
29-3582-3583-361 Outros activos intangíveis	5	93.445,57	93.439,58	5,99	405,85
24-357-3713(1) Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos					
300 Activos por impostos correntes		1.264.358,89		1.264.358,89	0,00
301 Activos por impostos diferidos	3	1.039.615,81		1.039.615,81	1.242.817,87
12+157+158(1)+159(1)+198(1)+31+32+3302+3308+3310+(1)+338+34018(1)+3408+(1)+348(1)-3584-3525-371(1)+50(1)(2)-5210(1)-53028(1)-5304-5308(1)+54(1)(3) Outros Activos	16 e 18	2.529.508,10		2.529.508,10	3.115.631,86
TOTAL DO ACTIVO		483.403.451,87	17.252.925,21	466.150.526,66	432.134.480,76

(1) Parte aplicável dos saldos destas rubricas

(2) A rubrica 50 deverá ser inscrita no activo se tiver saldo devedor e no passivo se tiver saldo credor.

(3) - Os saldos devedores das rubricas 542 e 548 são inscritos no activo e os saldos credores no passivo

O Técnico Oficial de Contas

A Administração



BNP PARIBAS FACTOR

Instituição Financeira de Crédito, S.A.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Base individual - NCA)

euros

Rubricas	Notas/ Quadros anexos	2010			2009
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	valor líquido	
		1	2	3 = 1 - 2	
Passivo					
38-3311(1)- 3410+5200+5211(1)+5318(1)					
43					
39-3311(1)-3411+5201 +5211(1)+5318(1)	12 e 13	313.351.743,83		313.351.743,83	283.059.794,82
40+41-3311(1)-3412-3413+5202 +5203+ 5211(1)+5310+5311					
42-3311(1)- 3414+5204+5211(1)+5312					
46-3311(1)-3415+5205 +5211(1)+5313					
44					
45					
47					
490					
491					
481					
48-481-3311(1)- 3416+5206+5211(1)+5314	15	3.593.759,44		3.593.759,44	3.080.379,36
51-3311(1)-3417-3418+50(1)(2) +5207+5208+5211(1) +528+538+5318(1)+54(1)(3)					
55					
602					
57					
58+59					
60-602+61	13	7.987.978,97		7.987.978,97	7.987.978,97
-56					
64					
-63					
	16 e 18	66.813.258,95		66.813.258,95	60.334.131,26
Total do Passivo		391.746.741,19		391.746.741,19	355.400.548,15
55	26	13.150.000,00		13.150.000,00	13.150.000,00
602		43.477.700,00		43.477.700,00	43.477.700,00
57					
58+59					
60-602+61	26	16.724.922,68		16.724.922,68	16.349.221,58
-56					
64	26	1.051.162,79		1.051.162,79	3.757.011,03
-63					
Total de Capital		74.403.785,47		74.403.785,47	76.733.932,61
Total do passivo + Capital		466.150.526,66		466.150.526,66	432.134.480,76

(1) Parte aplicável dos saldos destas rubricas

(2) A rubrica 50 deverá ser inscrita no activo se tiver saldo devedor e no passivo se tiver saldo credor.

(3) - Os saldos devedores das rubricas 542 e 548 são inscritos no activo e os saldos credores no passivo

O Técnico Oficial de Contas

A Administração



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Base individual - NCA)

euros

CODIGO DAS CONTAS		Notas/ Quadros anexos	2 0 1 0	2 0 0 9
79+80(1)+8120	Juros e rendimentos similares	6	6.810.086,40	9.797.357,96
66+67(1)+6820	Juros e encargos similares	6	-1.553.172,52	-2.361.811,31
	Margem financeira		5.256.913,88	7.435.546,65
82	Rendimentos de instrumentos de capital			
81(1)-812	Rendimentos de serviços e comissões	7	4.624.209,82	4.376.108,48
68(1)-6820	Encargos com serviços e comissões	7	-464.357,07	-358.663,11
-692-693-695(1)-696(1)-698+832	Resultados de activos e passivos avaliados ao justo			
+833+835(1)+836(1)+838	valor através de resultados (líquido)			
89 + 834	Resultados de activos financeiros disponíveis para venda (líquido)			
-690+830	Resultados de reavaliação cambial (líquido)		-6.926,54	1.840,99
-691-697-699(1)-725-726(1)-831	Resultados de alienação de outros activos			
+837+839(1)+843+844(1)				
-695(1)-696(1)-699(1)-75-720-721-722-723-725-726(1)	Outros resultados de exploração	10	211.105,93	77.906,16
-728+835(1)+836(1)+839(1)+840+843+844(1)+848	Produto bancário		9.620.946,02	11.532.739,17
70	Custos com o pessoal	8	-1.933.225,61	-1.776.284,89
71	Gastos Gerais administrativos	9	-2.308.068,93	-2.464.667,15
77	Depreciações e amortizações	5	-37.624,60	-41.017,45
781+783+784+785+786+788-881-883-884-886-888	Provisões líquidas de reposições e anulações	15	-513.380,08	168.768,75
78000+78001+78010+78011+7820+7821+7822-	Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a	15	-3.367.612,14	-2.348.662,62
-88000-88001-88010-88011-8820-8821-8822-848(1)	receber de outros devedores (líquida de reposições e anulações)			
760+7620+7618+76211+76221+7623+7624+7625	Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e			
+7630+7641+765+766+78002(1)+78012(1)+7823	recuperações			
+7828(1)-870-8720-8718-87211-87221(1)-8723-8724				
-8726-8730-8741-875-876-88002(1)-88012(1)-8823	Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações			
-8828(1)				
768+769(1)+78002(1)+78012(1)+7828(1)	Resultados antes de impostos		1.461.034,66	5.070.875,81
-877-878-88002(1)-88012(1)-8828(1)	Impostos			
65	Correntes		-206.669,81	-1.627.184,64
74-86	Diferidos	3 - J)	-203.202,06	313.319,86
-72600-7280+8480+84400	Resultados após impostos		1.051.162,79	3.757.011,03
	Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas			
640	Resultado líquido do exercício		1.051.162,79	3.757.011,03

(1) - Parte aplicável do saldo desta rubrica

O Técnico Oficial de Contas

A Administração



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM
31 DE DEZEMBRO DE 2010

	2010	2009
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado Líquido do Exercício	1.051.162,79	3.757.011,03
Amortizações e Depreciações	37.624,60	41.017,45
Provisões e Imparidade	457.253,42	2.179.893,87
(Aumentos) Diminuições de Activos Operacionais		
Crédito sobre Clientes	-39.249.701,64	33.263.525,76
Outros Activos e Outras Contas de Regularização	1.200.978,66	1.203.511,68
Aumentos (Diminuições) de Passivos Operacionais		
Recursos de Instituições de Crédito	30.291.949,01	-33.661.599,61
Outros Passivos e Outras Contas de Regularização	4.416.749,25	-3.830.972,24
FLUXOS DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS	-1.793.983,91	2.952.387,94
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições de Imobilizações Corpóreas	-27.281,58	-14.983,50
Aquisições de Imobilizações Incorpóreas		0,00
FLUXOS DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO	-27.281,58	-14.983,50
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumentos de Capital		
Dividendos e Gratificações de Balanço	-3.381.309,93	-2.102.769,73
Diminuição de Resultados Transitados		
FLUXOS DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-3.381.309,93	-2.102.769,73
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES	-5.202.575,42	834.634,71
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO PERÍODO	19.328.336,36	18.493.701,65
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO	14.125.760,94	19.328.336,36

O Técnico Oficial de Contas

A Administração



BNP PARIBAS
FACTOR
Instituição Financeira de Crédito, S.A.

IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS E CORPÓREAS

ANEXO IV
Unidade: Euro

CONTAS	Saldo do Exercício de 2009		Aumentos		Transferências	Amortizações do Exercício	Regularizações	Abates (Líquido)	Valor Líquido em 31.12.2010
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Aquisições	Reavaliações (Líquido)					
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS									
Despesas de Estabelecimento									
Custos Plurianuais									
Sistemas de Tratamento Automático de Dados (Software)	93.243	92.837				400			6
Outras	203	203							
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS									
Imóveis de Serviço Próprio	406.394	337.640				19.044			49.710
Equipamento	383.431	344.340	10.531			18.181			31.441
Património Artístico	898								898
Outras Imobilizações Corpóreas									
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO									
Imóveis									
Equipamento			16.751						16.751
TOTAIS	884.169	775.020	27.282			37.625		0	98.806

O Técnico Oficial de Contas

A Administração

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]



Anexo às Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2010

(Valores expressos em euros)

Introdução

A BNP Paribas Factor – Instituição Financeira de Crédito, S.A. foi constituída em 2 de Novembro de 1987 com a denominação social de BNP Factor – Companhia Internacional de Aquisição de Créditos, SA. Em 01/10/2007 assumiu a natureza jurídica de IFIC – Instituição Financeira de Crédito, alargando, estatutariamente, o âmbito dos negócios que pode realizar. Contudo, a BNP Paribas Factor, SA continuou a desenvolver no exercício em análise, exclusivamente, a actividade de factoring nas suas diversas configurações.

A Sociedade opera tanto no mercado nacional como no internacional (importação e exportação), estando integrada numa associação internacional de empresas de factoring (FCI) que se rege por normas e métodos de trabalho uniformes, através da qual são canalizadas as operações do mercado internacional.

A Sociedade é detida em 99,98% pelo BNP Paribas, S.A. (Grupo BNP Paribas – Nota 29) e, consequentemente, as suas operações e transacções são influenciadas pelas decisões do Grupo.

Nota 1 – Ajustamentos nas contas do exercício anterior

Não se verificaram quaisquer ajustamentos relativamente aos valores publicados nas Contas do exercício anterior.

Nota 2 – Políticas contabilísticas

2.1 - Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras e Contabilidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos e respectivo suporte documental da Sociedade, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal, através dos Avisos 1/2005 e 4/2005.

Nota 3 – Principais Critérios Valorimétricos Utilizados

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:



BNP PARIBAS FACTOR

Instituição Financeira de Crédito, S.A.

a) - Créditos e juros vencidos

Nesta rubrica estão incluídos os correspondentes valores vencidos há mais de 30 dias, estando desdobrados pelas respectivas classes de antiguidade.

b) - Contas em moeda estrangeira

Os saldos em moeda estrangeira foram ajustados aos câmbios de 2010.12.31, segundo o "fixing" do Banco de Portugal, conforme quadro seguinte:

Moeda	Valor
USD	1,3362
GBP	0,8608
NOK	7,8000
JPY	108,6500

c) - Activos intangíveis

A Sociedade regista nesta rubrica os custos de aquisição de programas informáticos, quando a sua utilização esperada se repercute para além do exercício em que a aquisição ocorreu.

Os activos intangíveis são amortizados pelo método das quotas constantes e por duodécimos, ao longo da vida útil esperada que, regra geral, corresponde a um período de 3 anos.

Os contratos de manutenção do software são reconhecidos como custo de acordo com a sua vigência temporal.

d) - Activos tangíveis

Os activos tangíveis são activos utilizados pela Sociedade para o desenvolvimento da sua actividade e encontram-se registados ao custo de aquisição, incluindo despesas que lhe são directamente atribuíveis, deduzidos de amortizações acumuladas e perdas de imparidade.

Os activos tangíveis nunca foram objecto de qualquer reavaliação.

As amortizações dos activos tangíveis são calculados segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização, que refletem a vida útil dos bens:

	Anos de vida útil
Mobiliário e Material	8
Máquinas e ferramentas	4 - 5
Equipamento Informático	4
Instalações Interiores	8 - 10
Equipamento de Segurança	10
Outro Material	8

[Handwritten signatures and initials]



e) - Reconhecimento de custos e proveitos

Os proveitos e os custos são reconhecidos com base no princípio da especialização dos exercícios, sendo registados nos períodos a que respeitam, independentemente do seu recebimento e pagamento, nos seguintes termos:

- Os juros de financiamentos bancários são calculados dia a dia sobre os valores financiados e são imputados aos custos do exercício pela parte do período já decorrido.
- As comissões por serviços de factoring são especializadas de acordo com o período que decorre entre a cessão e o vencimento do crédito.
- Para as operações de factoring os juros são cobrados e registados como proveitos, regra geral, mensalmente, sobre o montante adiantado e sempre imputados ao período a que respeitam.
- Para os créditos considerados de cobrança duvidosa não são contados juros, sendo reconhecidos como proveitos apenas quando cobrados.

f) – Provisões para crédito de cobrança duvidosa, crédito e juros vencidos e para riscos e encargos

Provisão para crédito de cobrança duvidosa

A constituição de provisão para créditos de cobrança duvidosa, é determinada pelo entendimento do Banco de Portugal que considera que o conceito de prestação, descrito no número 4º - 1, alínea b) do Aviso 3/95, é aplicável também à actividade de factoring.

Englobam-se neste caso, os créditos vincendos sobre um mesmo cliente se, de acordo com a sua reclassificação prevista na alínea a), o crédito e juros vencidos de todas as operações relativamente a esse cliente, excederem 25% do crédito total, acrescido de juros vencidos. Estes créditos são provisionados com base na aplicação de metade das taxas de provisionamento aplicável aos créditos vencidos.

Provisão para crédito e juros vencidos

Esta provisão é constituída para fazer face ao risco de incobrabilidade dos créditos tomados e juros que se encontrem vencidos. O montante provisionado é em função do período decorrido após o respectivo vencimento, de acordo com o Aviso nº 3/95, de 30 de Junho, do Banco de Portugal, com a revisão dada pelo Aviso 8/2003, de 28 de Fevereiro, encontrando-se a respectiva provisão reflectida como uma redução do activo

Provisão para riscos gerais de crédito

É uma provisão de natureza geral, destinada a fazer face a riscos de crédito vincendo não identificados especificamente, encontrando-se a mesma reflectida no passivo, no âmbito da provisão para riscos e encargos (Nota 9), sendo determinada através da aplicação de uma percentagem de 1% sobre o total do crédito concedido pela Sociedade (factoring sem recurso) e sobre o total dos adiantamentos concedidos e (factoring com recurso adiantado), excluindo o considerado no âmbito da provisão para

Handwritten signatures and initials in blue ink.



crédito e juros vencidos e os créditos relativos a devedores pertencentes ao Sector Público Administrativo.

Imparidade para Activo não Financeiro :

Este montante destina-se a fazer face a uma hipotética desvalorização dos terrenos provenientes da dação em cumprimento da "Turreal", encontrando-se a mesma também reflectida como redução do activo.

g) - Férias e subsídio de férias

Está considerado na rubrica "Encargos a Pagar – Por Gastos com o Pessoal" o valor correspondente às férias e respectivo subsídio, a pagar no ano de 2011.

h) – Registo de operações de factoring

Factoring sem recurso

As facturas ou outros documentos cedidos pelos Aderentes ou Congéneres no estrangeiro para cobrança são registadas no activo, na rubrica "Créditos a Clientes", por contrapartida da rubrica "Credores Por Contratos de Factoring".

Factoring com recurso

De acordo com as disposições constantes na Instrução nº 2/98, de 16 de Fevereiro, do Banco de Portugal, nas operações de factoring com recurso, os valores adiantados aos Aderentes estão registados no activo na rubrica "Créditos a Clientes", sendo os valores sem adiantamento registados em rubricas extrapatrimoniais.

A Sociedade efectua adiantamentos contratuais aos Aderentes tendo como limite o valor dos créditos tomados nas operações de factoring susceptíveis de adiantamento, isto é, créditos líquidos de juros e comissões e de uma percentagem da facturação cedida que, contratualmente, não é passível de adiantamento.

i) - Risco de crédito

O risco de crédito envolvido nas operações de factoring pode ser integralmente assumido pela Sociedade, caso em que as operações são denominadas sem recurso. Contudo, a Sociedade ressegura numa Companhia de Seguros a carteira sem recurso, com excepção do Sector Público, dividindo desta forma o risco das respectivas operações, incluindo a exportação.

As operações em que o risco de crédito é assumido pelo Aderente (operações nacionais) ou pela Congénere no estrangeiro (operações de importação), são consideradas operações com recurso.



j) – Impostos diferidos

O Imposto sobre o Rendimento (IRC) contabilizado na demonstração dos resultados do período findo em 31 de Dezembro de 2010 encontra-se ajustado pelo efeito da contabilização dos impostos diferidos.

O detalhe dos montantes e natureza dos activos por impostos diferidos registados em 31 de Dezembro de 2009 e o movimento ocorrido no exercício findo é resumido de acordo com o quadro seguinte:

Activos por impostos diferidos	Saldos em 31 de Dezembro de 2009	Demonstração dos resultados		Saldos em 31 de Dezembro 2010
		Aumento no exercício	Diminuição no exercício	
Provisões, Imparidade e diferenças temporárias	1.242.818	190.636	393.838	1.039.616

Passivos por impostos diferidos:

A empresa não tem passivos por impostos diferidos.

k) - Aplicações por recuperação de créditos

Esta rubrica corresponde a um imóvel (terreno urbano) que veio à posse da Sociedade para regularização de créditos concedidos, encontrando-se registado na rubrica de "Activos não Correntes Detidos para Venda"

Nota 4 - Inventário da Carteira de Títulos.

A sociedade não tem carteira de títulos no seu activo, conforme anexo III.

Nota 5 – Movimento e Saldos dos Activos Tangíveis e Intangíveis

É apresentado em separado o Anexo IV.

74. R. C. B. L. B. B.



Nota 6 – Juros – Rendimentos e Encargos Similares

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	31/12/2010	31/12/2009
Juros e Rendimentos Similares		
Juros de Depósitos à Ordem	1.138	2.846
Juros de Aplicações	714.475	806.942
Juros de Crédito Interno		
Com Recurso	6.054.245	8.808.018
Sem Recurso	40.229	179.552
	6.810.087	9.797.358
Juros e Encargos Similares		
Juros de Recursos Alheios		
Juros de Depósitos à ordem	4.537	23.555
Mercado Monetário Interbancário	1.426.819	2.166.586
Empréstimos Subordinados	93.570	162.820
Outros Empréstimos	28.247	8.850
	1.553.173	2.361.811
Margem Financeira	5.256.914	7.435.547

Nota 7 – Comissões

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31/12/2010	31/12/2009
Comissões Recebidas Por Operações de Factoring	4.623.786	4.334.533
Outras Comissões Recebidas	441	41.575
	4.623.768	4.376.108
Comissões Pagas		
Comissões por Serviços Bancários Prestados	464.357	358.663

Nota 8 – Custos com o Pessoal

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31/12/2010	31/12/2009
Remuneração dos Órgãos de Gestão e Fiscalização	446.245	453.572
Remunerações dos Empregados	1.012.194	969.774
Encargos Sociais Obrigatórios	326.433	303.509
Outros Custos com o Pessoal	148.354	49.430
	1.933.226	1.776.285

Os custos com o pessoal referentes ao exercício de 2009 não incluem o montante de 63.300 euros referentes à participação nos resultados, por parte dos colaboradores, deliberada na Assembleia Geral de aprovação de contas. No exercício em apreço o valor estimado para distribuição ao pessoal foi considerado como custo nesta rubrica.

[Handwritten signatures and initials]



Nota 9 – Gastos Gerais e Administrativos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31/12/2010	31/12/2009
Água, Energia e Combustíveis	36.190	30.830
Material de Consumo Corrente	41.724	35.074
Rendas e Alugueres	97.558	105.098
Comunicações	122.469	110.140
Deslocações, Estadas e Representação	29.766	34.040
Publicidade e Publicações	6.320	2.620
Conservação e Reparação	34.350	41.285
Seguros	634.256	1.059.044
Serviços Especializados	965.042	790.491
Serviços Externos e ACE	308.374	230.275
Outros Gastos Diversos	32.020	25.770
	2.308.069	2.464.667

Nota 10 – Outros Resultados de Exploração

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31/12/2010	31/12/2009
Outros Ganhos de Exploração		
Ganhos em Operações Financeiras	8	3.129
Ganhos em Activos Tangíveis – Mais-Valias		
Reembolso de Despesas	2.374	3.157
Recuperação de Crédito	8.191	10.703
Reembolso e Excesso de Estimativa de IRC		
Rendimentos por Prestação de Serviços	187.938	129.285
Outros Proveitos de Exploração	84.521	7.402
	283.032	153.676
Outros Custos de Exploração		
Impostos Indirectos		
Imposto de Selo	180	460
Imposto sobre Transportes Rodoviários	232	226
Impostos Directos		
Imposto Municipal sobre Imóveis	159	154
Rendas de Locação Operacional	57.818	49.809
Quotizações e Donativos	11.282	11.000
Multas, Juros de Mora e Compensatórios	2.024	9.406
Outros Custos de Exploração	1.586	1.586
	71.918	72.641

[Handwritten signature]





BNP PARIBAS FACTOR

Instituição Financeira de Crédito, S.A.

Em 31 de Dezembro de 2010, o montante das facturas tomadas relativamente a contratos com recurso que não foram objecto de adiantamento ascende a euros 48.690.299, o qual se encontra registado na rubrica extrapatrimonial "Contratos com recurso – Facturas não financiadas".

Trinta dias após o vencimento das facturas ou outros documentos, a Sociedade transfere os respectivos valores para crédito vencido. Adicionalmente, no caso de operações de factoring com recurso, os montantes em dívida poderão ser devolvidos ao Aderente (com excepção do Sector Público Administrativo)

Em 31 de Dezembro de 2010, a antiguidade do crédito vencido era a seguinte:

Até 90 dias	30.092.151
De 90 a 180 dias	12.642.382
De 180 a 270 dias	4.747.949
De 270 dias a 1 ano	2.120.617
Mais de 1 ano	(a) 7.722.553
Contencioso e Preocupantes	12.574.337
	<u>69.899.989</u>

(a) – Este montante refere-se a créditos sobre a Administração Pública e a empresas ou organismos de capitais públicos, tais como EP's e EPE's.

Em 31 de Dezembro de 2010, os adiantamentos realizados aos clientes da Sociedade ascendiam a, aproximadamente, 79% do total dos créditos em carteira nesta data. A sua distribuição era a seguinte:

Adiantamentos	
Sem recurso	388.585.983
Com recurso	60.854.851

Para fazer face a problemas de realização do crédito concedido, em 31 de Dezembro de 2010 a Sociedade dispõe ainda de uma provisão para riscos gerais de crédito no montante de euros 3.593.759 euros, registada no âmbito das provisões para riscos e encargos, de acordo com as regras de provisionamento do Banco de Portugal.

Nota 12- Débitos para com instituições de crédito

Em 31 de Dezembro de 2010, esta rubrica tem a seguinte composição:

<u>À vista</u>	
Descobertos bancários	8.272.105
<u>A curto prazo</u>	
Hot Money	305.000.000
Desconto de letras	79.639
	<u>305.079.639</u>
	<u>313.351.744</u>



Instituição Financeira de Crédito, S.A.

Estes empréstimos vencem juros a Taxas de Mercado.

Os montantes dos débitos correspondentes aos “Recursos de Outras Instituições de Crédito” desdobrados em função da sua duração residual, pelos seguintes prazos:

Débitos para com instituições de crédito

- Até 3 meses	313.351.744
- De 3 meses a 1 ano	-
- De 1 ano a 5 anos	-
- Mais de 5 anos	-
- Duração Indeterminada	-

Nota 13 - Transacções com Entidades Relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2010, os principais saldos e transacções mantidos com entidades do Grupo BNP Paribas eram os seguintes:

BALANCO

Ativo:	
. Disponibilidades em outr. Instit.crédito	92.664
. Aplicações em outras instituições de crédito	14.000.000
. Juros de Aplicações em outras instit.crédito	275.167
Passivo:	
. Recursos de outras instituições de crédito	313.073.823
. Outros passivos	304.940
. Passivos subordinados	7.987.979

A rubrica “Aplicações em outras instituições de crédito” refere-se a uma aplicação de macro cobertura de 14.000.000 de euros a 10 anos, efectuada em 2007, com pagamento de juros e reembolso de 2.000.000 de euros anualmente. A liquidação ocorrerá em 2017/07/30.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

· Juros de Aplicações	714.475
· Juros e encargos similares	1.553.167
· Outras comissões pagas	182.901
· Outros encargos e gastos operacionais	651.441

4. ~~Robert~~ L. (B)



Débitos a empresas coligadas incluídos na rubrica Recursos de Outras Instituições de Crédito:

- À vista.	7.994.184
- Até 3 meses	305.079.639
- De 3 meses a 1 ano	-
- Mais de 1 ano	-

Nota 14 - Empréstimos Subordinados

Esta rubrica refere-se a dois empréstimos não titulado de euros 4.987.979 e 3.000.000, com cláusula de subordinação, obtidos junto do BNP Paribas, nos termos do Aviso nº 12/92, de 29 de Dezembro de 1992.

- Amortização:

Só poderão ser reembolsados por iniciativa da mutuária e com pré acordo do Banco de Portugal.

Estes empréstimos vencem juros trimestrais e postecipados à taxa de juro Euribor a 90 dias acrescida de um "spread" de 0,4%.

Como passivos subordinados com vencimento indeterminado estes empréstimos são considerados para efeito de determinação dos fundos próprios da Companhia, de acordo com a legislação do Banco de Portugal.

Nota 15 - Provisões e Imparidade:

Provisões:

O movimento ocorrido nas provisões durante o exercício de 2010 foi o seguinte:

	Saldo Inicial	Reforços	Reposições	Utilizações	Saldo final
Crédito de Cobr. Duvidosa	775.467	1.522.058	1.681.370	-	616.155
Crédito vencido	15.220.940	3.559.564	32.639	3.423.739	15.324.126
Riscos gerais de crédito	3.080.379	1.095.913	582.533	-	3.593.759
	19.076.786	6.177.535	2.296.542	3.423.739	19.534.039

Imparidade:

	Saldo Inicial	Reforços	Reversões	Saldo final
Imparidade – Activos não Financeiros detidos para Venda	500.000	-	-	500.000

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.



Em 31 de Dezembro de 2010, a Imparidade Acumulada existente, referente a "Activos não Financeiros Detidos para Venda" refere-se à desvalorização estimada pelo Conselho de Administração no valor de realização de um imóvel detido em dação em cumprimento.

Nota 16 - Acréscimo e Diferimento de Proveitos e Custos e Outras Contas de Regularização:

- Saldos das seguintes contas:

- Rendimentos a Receber	392.444
- Despesas com Encargo Diferido	28.770
- Outras contas de regularização – Activo	<u>2.015.560</u>
	<u>2.436.774</u>
- Encargos a Pagar:	
De Recursos de Inst. Crédito	11.132
Por Gastos com o Pessoal	324.426
De Outros Encargos a Pagar	679.677
- Receitas com Rendimento Diferido	1.809.177
- Outras contas de regularização – Passivo:	
De valores cobrados	4.475.005
Diversas Operações a Regularizar	<u>3.150.783</u>
	<u>10.450.200</u>

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica de "Outras Contas de Regularização - Activo", inclui, como valores mais relevantes, os montantes de 203.749 euros, de indemnizações, cobertas pelo seguro, pagas pela Sociedade aos Aderentes e que aguardam reembolso da respectiva Seguradora, 439.044 euros referente a cheques pré-datados imputados antecipadamente a facturas, 466.379 euros de juros a debitar aos Aderentes dos adiantamentos de Dezembro, 16.342 euros de Imposto de Selo sobre os referidos juros, 89.000 euros de imposto de selo estimado, pela utilização de crédito durante o mesmo período, 129.331 euros referentes a diversos gastos no loteamento do terreno da "Turreal".

Também em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica "Valores Cobrados" refere-se a cheques e transferências, recebidos de devedores nos últimos dias do mês, que se encontravam a aguardar a imputação às facturas respectivas. A maior parte deste montante foi regularizado durante os primeiros dias de Janeiro de 2011 por contrapartida da rubrica "Créditos a Clientes".

Relativamente à rubrica de "Outras Contas de Regularização – Passivo", expressa, como valores mais relevantes, os montantes de 1.118.322 referentes cobranças e juros não imputados devido a impugnação do respectivo devedor, 34.017 euros de estimativa de comissões a pagar às correspondentes.

Nota 17- Capital

Em 31 de Dezembro de 2010, o capital da sociedade de 13.150.000 euros, está representado por 2.630.000 acções de valor nominal de 5 euros, encontrando-se totalmente subscrito e realizado.



O capital subscrito é detido em 99,98% pelo BNP Paribas, S.A..

Nota 18 - Activos não Correntes detidos para Venda e Outros Activos e Passivos

Natureza e valor dos principais elementos patrimoniais que integram a rubrica "Activos não Correntes detidos para Venda" do activo e "Outros Passivos":

• Activo	
- Activos não correntes detidos para venda:	
- Imóveis	1.725.591
- Devedores e Outras Aplicações	102.495
• Passivos:	
- Outros Fornecedores	23.161
- Credores por Contratos de Factoring	56.130.021
- Sector Público Administrativo	<u>209.876</u>
	<u>56.363.059</u>

O montante registado em "Activos não Correntes detidos para Venda" corresponde a um imóvel recebido de um devedor (Turreal – Imobiliária, S.A.) em dação em pagamento, o qual foi avaliado, em

Junho de 2009, por uma empresa independente em euros 2.100.000, estando este registado pelo valor líquido contabilístico de euros 1.225.591.

Nota 19 - Número médio de trabalhadores ao serviço distribuídos por grandes categorias profissionais

- Administração / Direcção	6
- Enquadramento	7
- Outras funções	<u>21</u>
Total	34

Nota 20 – Remunerações atribuídas aos Órgãos de Gestão e Fiscalização

O montante das remunerações atribuídas aos órgãos de Administração e de Fiscalização durante o exercício de 2010, foi o seguinte:

- Conselho de Administração	416.691
- Fiscal Único	29.553

Não existem quaisquer compromissos em matéria de pensões de reforma, nem se verificaram adiantamentos, créditos ou compromissos relativamente aos membros dos órgãos sociais.



Nota 21 – Valores expressos em moeda estrangeira

Os montantes expressos em moeda estrangeira convertidos na moeda em que as contas anuais são estabelecidas, euros, são os seguintes:

- Activo	6.112.263
- Passivo	4.183.131

Nota 22 – Elementos da Demonstração de Resultados e do Balanço ventilado por linhas de negócio e por mercados geográficos

Como a actividade principal da Sociedade, factoring dirigido a empresas, é desenvolvida exclusivamente em Portugal, todos os proveitos gerados resultam de operações aqui realizadas, muito embora uma parte dos mesmos tenham sido obtidos em operações de importação e exportação.

Nota 23 - Empréstimos Subordinados:

Juros Acrescidos 2009 (1)	Juros Imputados (2)	Juros Acrescidos 2010 (3)	Juros Pagos (4) = (1)+(2)-(3)
3.131	93.570	4.000	92.701

Nota 24 - Impostos

A Sociedade encontra-se sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) às taxas normais e correspondentes Derramas (normal e estadual).

Nos termos do Artigo 88º do Código de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, a Sociedade encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de gastos, às taxas previstas no Artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 2002, inclusive, 5 anos após essa data e, deste modo, as declarações fiscais da Sociedade dos anos de 2007 a 2009 poderão vir a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração da Sociedade entende que as eventuais correcções resultantes de revisões ou inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão, contudo, um impacto relevante nas demonstrações financeiras anexas, tanto mais que o exercício de 2008 foi, em 2010, objecto de inspecção efectuada pelos Serviços Fiscais, sem que tenha havido qualquer correcção.

Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page.



Nota 25 – Consolidação das Contas da Sociedade

As contas da sociedade são abrangidas pela consolidação da BNP Paribas, com sede em 16, bd des Italiens, Paris, França.

Nota 26 - Movimento na Situação Líquida

O movimento ocorrido nas rubricas da situação líquida durante o exercício de 2010 foi o seguinte:

	Capital Subscrito	Reservas e Resultados Transitados				Lucro líquido Do exercício
		Legal	Livres, Pr.Emissão e Imp.Diferidos	Resultados Transitados	Total	
Saldos em 31/12/2009	13.150.000	4.270.490	55.556.432	-	59.826.922	3.757.011
Aplicação do Resultado de 2009	-	375.701	-	-	375.701	(375.701)
Dividendos	-	-	-	-	-	(3.318.010)
Gratificações ao pessoal	-	-	-	-	-	(63.300)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	<u>1.051.163</u>
Saldos em 31/12/2010	13.150.000	4.646.191	55.556.432	-	60.202.623	1.051.163

De acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 171/95 de 18 de Julho, a Sociedade deverá constituir uma reserva legal, correspondente a 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício, até à concorrência do valor do capital social. Esta reserva só poderá ser utilizada em determinadas circunstâncias para cobertura de prejuízos ou para aumentar o capital.

Nota 27 - Sector Público Administrativo

Em 31 de Dezembro de 2010 o detalhe dos saldos relacionados com o Sector Público Administrativo é como segue:

Saldos Devedores

IRC – A Recuperar	1.264.359
IVA – Imposto Sobre o Valor Acrescentado	3.027

Saldos Credores

Retenções de impostos sobre o rendimento	27.154
Retenções de imposto de selo	152.281
Contribuições para a Segurança Social	33.469

[Handwritten signatures and initials]



**BNP PARIBAS
FACTOR**

Instituição Financeira de Crédito, S.A.

Nota 28 - Compromissos perante terceiros e não incluídos no Balanço

Em 31 de Dezembro de 2010, a Empresa tinha compromissos revogáveis (não vinculativos), referentes a linhas de crédito não utilizadas pelos seus Aderentes no montante de 422.013.999 Euros.

Porto, 31 de Dezembro de 2010

O Técnico Oficial de Contas

A Administração

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas,

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias acompanhámos com regularidade, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, a actividade da **BNP Paribas Factor - Instituição Financeira de Créditos, S.A.**, examinámos regularmente os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos sempre da Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

O Balanço, a Demonstração dos Resultados Líquidos, o Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados Líquidos, a Demonstração dos Resultados Líquidos, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Relatório de Gestão, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas com a qual concordamos, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Empresa e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os critérios valorimétricos utilizados merecem a nossa concordância.

Assim, somos de parecer :

1º. Que sejam aprovados o Relatório de Gestão bem como o Balanço, a Demonstração dos Resultados Líquidos, o Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados Líquidos, a Demonstração dos Resultados e Demonstração dos Fluxos de Caixa apresentados pela Administração e relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

2º. Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pela Administração.

Porto, 15 de Fevereiro de 2011

O FISCAL ÚNICO



MAZARS & Associados, SROC, S.A.

representada por

Justino Mendes do Santos Romão (ROC nº 379)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da **BNP Paribas Factor - Instituição Financeira de Créditos, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de 466 160 287 Euros e um total de capital próprio de 74 403 785 Euros, incluindo um resultado líquido de 1 051 163 Euros) as Demonstrações dos resultados e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração, a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de critérios e políticas contabilísticas adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:




- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **BNP Paribas Factor - Instituição Financeira de Créditos, S.A.** em 31 de Dezembro de 2010, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Porto, 15 de Fevereiro de 2011



MAZARS & Associados, SROC, S.A.
representada por
Justino Mendes do Santos Romão (ROC n.º 379)